



Anais da Assembléia

N.ºs 12 e 13

CURITIBA, QUINTA E SEXTA-FEIRA, 18 e 19/03/76

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1976 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Senhores Deputados Maurício Fruet e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fideclino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, ERNESTO GNOATO, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Egon Pudell, Jurandir Messias, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental o Deputado que o presente subscreve, requer, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Laudelino Pedro da Silva, ocorrido no dia 16 (dezesseis) próximo passado, na cidade de Maringá.

O Senhor Laudelino Pedro da Silva, elege-se terceiro suplente de vereador nas eleições municipais de 1972, pelo Movimento Democrático Brasileiro, com 385 votos. Quando os dois primeiros suplentes: José Captuleio da Silva e João Vrenna, assumiram na Câmara Municipal de Maringá as vagas deixadas por este Deputado e pelo Deputado Antonio Facci, Laudelino foi elevado a condição de primeiro suplente, e nesta condição, assumiu por quatro vezes as funções de vereador efetivo, em licenças de colegas.

Já anteriormente, quando presidia a Câmara de Vereadores de Maringá este parlamentar, Laudelino Pedro da Silva exerceu durante muito tempo a condição de vereador efetivo, em licença do Vereador João Vrenna. Foi vereador exemplar, correto, equilibrado e trabalhador, havendo enobrecido aquela Casa de Leis com sua dignidade.

Laudelino deixa esta vida levando a gratidão de toda Ma-

ringá, pelos seus exemplos" de homem bom. Deixa uma saudade imensa e sofrimento irreparável em nossos corações.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Raicoski Cordeiro, ocorrido em data de 17 de março, nesta Capital. Outrossim, requer, após aprovado este requerimento, seja comunicado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976.

a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Diretor do FUNRURAL, do Paraná, apelando à S. Exa. que se digne determinar os estudos necessários visando a instalação no município de Rio Negro, de uma representação do FUNRURAL, naquele município.

A medida seria de alto alcance, pois viria beneficiar inúmeros lavradores daquele extenso município, além dos municípios de Piên, Quitandinha e Campo Tenente, que enfrentam grandes problemas de locomoção para a solução de suas reivindicações junto ao FUNRURAL, subordinados que estão a representação do órgão no município da Lapa, cuja representação, por outro lado, poderia, atendendo-se o requerido, atuar com maior tranquilidade em face da natural diminuição de suas atividades.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a criação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, no município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976.

a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

Tivemos a oportunidade de verificar que o município de Rio Azul passa por dificuldades por não possuir agência bancária, onde os municípios possam fazer transações, facilitando, também, o aumento da rentabilidade municipal.

O município apesar de sua pouca idade, já agrupa uma população de aproximadamente 16.000 habitantes, concentrados em sua maioria na zona rural, onde a economia do município está alicerçada com a produção de alho, arroz, batata, cebola, milho, trigo entre outros produtos agrícolas.

Registra-se ainda o inconveniente das horas gastas no percurso até agência bancária mais próxima, em outros municípios, através de estradas intransitáveis em época chuvosa e poeirente com o calor, o tempo seco.

São pequenos dados, Senhores Deputados, que solidificam a justeza desta reivindicação.

Que o Banco do Estado do Paraná, na pessoa do seu Presidente, tome conhecimento das potencialidades do município de Rio Azul, e não existe em criar uma agência naquele município, para servir uma laboriosa e ordeira comunidade paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer, ouvido o plenário, seja expedido ofício ao Governador Jayme Canet Júnior, reivindicando a interferência do Chefe do Poder Executivo no sentido de que o Paraná seja beneficiado pela mesma atitude que o Banco Nacional da Habitação dispensou ao Estado de São Paulo no que se refere à integração dos municípios ao Plano Nacional de Saneamento (PLANASA).

Em São Paulo, os municípios que aderem ao PLANASA, recebem "financiamento de 80 por cento" do custo total, para as obras de esgotamento sanitário ou abastecimento de água. Os municípios que fazem compromisso de aderir em 1980, recebem 50 por cento do financiamento para as obras saneadoras. Os municípios que NÃO ADEREM e, portanto, Não se Integram ao Plano Nacional, recebem 30 por cento de financiamento na execução das obras.

Requeiro, outrossim, Senhor Presidente, que as justificativas anexas acompanhem o expediente pretendido.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Perante a Comissão de Legislação Social do Senado Federal, no dia 16 de setembro de 1975, o Senhor Maurício Schulman, declarou que "... Também há uma aceleração grande no de equipamento comunitário, de vez que o Banco tem dado ênfase e abriu Integralmente suas portas a todo Poder Público que deseje absorver recursos nesses setores..."

Inquirido pelo Senador Franco Montoro, que se referiu a queixa dos municípios paulistas, que se viam prejudicados em sua autonomia ao aderirem ao PLANASA, o Presidente do BNH, declarou: "O Banco, em nenhum instante, propugnou pela administração centralizada, isto é, um programa de cada Estado, mas que se criasse um Fundo Estadual, e que, esse fundo, através das contribuições do Estado, de aplicações na empresa, mas de reações quando do seu retorno, assegurasse a total liberdade do serviço como um todo, de novas contribuições. Naturalmente, houve más interpretações dessa posição, e as coisas quando são impostas, não são racionais, mesmo que sejam a melhor solução.

A partir do instante em que o Banco se netende com o Governo do Estado de São Paulo, concedendo a cada Prefeitura a opção de escolha, parou a reclamação, que devem ter recebido nos anos anteriores por força de só haver uma alternativa, a mais racional, mas apenas uma, e havendo uma ela, não é racional. Na escolha a prefeitura continua permanentemente com o serviço, recebendo o financiamento, mas tendo uma participação no investimento.

Ela promete entregar o serviço, numa data a ser acertada com a SABESP, já que esta não tem capacidade operacional para, num passe de mágica, assumir todos os municípios de São Paulo. Ela sabe disso e todos nós sabemos disso, mas é um processo que vai ter que demorar dois, três, quatro, cinco ou seis anos para absorção integral dos serviços. Naturalmente é feito

um contrato de prazo, e a prefeitura, que continua a administração mas sem ônus financeiro, tem outro interesse. E o terceiro é a entrega imediata".

Se o Governo do Paraná houvesse entendido com precisão as intenções do Banco Nacional da Habitação no setor do saneamento, agora, não estaríamos assistindo O Governo Paranaense com "as calças nas mãos" tentando manter de qualquer forma a estupidez da SANEPAR. E a SANEPAR feriu realmente a municipalidade paranaense, desrespeitando a sua autonomia. Utilizando como instrumento para chantagear, o dinheiro do BNH, foi para cima das prefeituras tomando para si os sistemas e os serviços de saneamento, afirmando cumprir as determinações Federais de atender 80 por cento dos municípios do Paraná até o ano de 1980. E quem não se submeteu a esse despotismo medieval, está realizando seus serviços com lágrimas.

É o caso de Maringá, que já possuía um dos mais perfeitos sistemas de abastecimento de água do País, agora ampliado; e que, em virtude da pertinácia do Prefeito Silvio Baros e do sacrifício e espírito intemorato da gente maringaense, está realizando a maior estrutura de coleta, remoção e tratamento de esgotos de todo o Estado, em cuja obra já foram investidos mais de 30 milhões de cruzeiros, sem um tostão do BNH, por culpa da SANEPAR, que está desaparelhada e desorganizada em termos físicos, mecânicos, técnicos e administrativos para atender uma parte, pelo menos razoável, das nossas necessidades e, merecer o nosso respeito.

A imprensa noticiou enfaticamente, a modalidade peculiar reivindicada pela Terra Bandeirante e atendida pelo eminente paranaense Presidente do BNH, com apoio da diretoria do prestigioso Banco Nacional da Habitação:

"Em São Paulo, os municípios que aderem ao PLANASA, recebem financiamento de 80 por cento do custo para as obras de esgotamento sanitário ou abastecimento de água. Os municípios que fazem compromisso de aderir em 1980, recebem 50 por cento do financiamento para as obras saneadoras. Os municípios que não aderem e, portanto, não se integram ao Plano Nacional, recebem 30 por cento de financiamento na execução das obras.

Tendo São Paulo acima de 550 municípios, seria impossível cumprir o Plano Nacional porquanto a SABESP que é a empresa concessionária, não teria condições de dinamizar tantas frentes de serviços quantas fossem as solicitações municipalistas. É um tanto quanto impossível para uma empresa implantar obras à distâncias imensas da sua sede.

Voltando ao Paraná, Estado que nos concedeu a honra de representá-lo através de uma parcela da Comunidade, reafirmo, que da mesma forma, é impossível à SANEPAR, atender até 1980, oitenta por cento dos municípios paranaenses.

Sem deméritos aos ilustres paranaenses que dirigem a SANEPAR ou a dirigiram. A impossibilidade se verifica pela falta de estrutura. É sabido que a pirâmide administrativa brasileira definiu o sistema em compartimentos estanques: Nação — Estado — Município, características do BRASIL, que empresta às unidades administrativas, autonomia consagrada pela Constituição da República, mas a bem da verdade, pobremente executada.

Estendemos a solicitação ao Senhor Maurício Schulman e ao Governador do Estado, como também à Direção da SANEPAR, considerando como ponto fundamental a captação de recursos destinados ao saneamento básico, de transcendental importância. Nada mais razoável, lógico e imperioso do que a abertura imediata das perspectivas, visando acima de tudo, oferecer aos municípios da nossa Terra e da Terra do Senhor Maurício Schulman, possibilidades de multiplicar os esforços, contratar projetos, realizar concorrências e em termos de fato, incrementarem a mecânica de trabalho de tal forma a servir todas as Comunidades do Estado, implantando cada um, Sistema de Abastecimento de Água Tratada que tenha Água e, na maioria possível, o Sistema de Esgotamento Sanitário.

Esta luta deve interessar a todos os representantes do

Paraná, que não devem e não podem permitir um tratamento diferenciado para São Paulo. O saneamento é saúde, redenção e desenvolvimento, portanto nada mais lógico que dar a Cesar o que é de Cesar, dar ao Paraná justiça, equidade e seriedade, oferecendo aos administradores dos municípios do Paraná, o direito de escolha dado à São Paulo e, a oportunidade de fortalecerem a política municipalista, defenderem sobretudo o interesse da sua Comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o plenário, seja expedido ofício ao Senhor Maurício Schulman, Presidente do Banco Nacional da Habitação, reivindicando ao ilustre paranaense, qualificado como um dos mais proeminentes homens do Governo — que seja o Paraná beneficiado pela mesma atitude que o BNH dispensou ao Estado de São Paulo no que refere à integração dos municípios ao Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA).

Em São Paulo, os municípios que aderem ao PLANASA, recebem financiamento de 80 por cento do custo total, para as obras de esgotamento sanitário ou abastecimento de água. Os municípios que fazem compromisso de aderir em 1980, recebem 50 por cento do financiamento para as obras saneadoras. Os municípios que não aderem e, portanto, não se integram ao Plano Nacional, recebem 30 por cento de financiamento na execução das obras.

Requeiro, outrossim, Senhor Presidente, que as justificativas anexas acompanhem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

(A justificativa do Sr. Deputado Valter Pietrângelo a este requerimento encaminhando ofício ao Sr. Presidente do Banco Nacional de Habitação, é a mesma que está anexa ao requerimento do mesmo autor, encaminhado ao Sr. Governador do Estado).

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 15/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita "Os Mensageiros da Paz", com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976.

a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos, através do presente projeto de lei, seja declarada de utilidade pública foi fundada em janeiro de 1964, estando em funcionamento ininterrupto desde essa data. Presta relevantes serviços à coletividade, de maneira totalmente desinteressada, voltada apenas para o bem comunitário, sem qualquer propósito ou fim lucrativo.

Os membros de sua Diretoria não percebem qualquer remuneração ou vantagens pecuniárias em razão de seus cargos.

Assim verifica-se que a Sociedade Espírita "Os Mensageiros da Paz", com personalidade jurídica própria, preenche todos os requisitos legais necessários à sua declaração de utilidade pública, previstos na Lei número 91, de 28 de agosto de 1935 e Decreto número 60931, de 04 de julho de 1967, bem como da Lei Estadual número 4399, de 17 de agosto de 1961.

Dai o plano de lei que oferecemos à elevada apreciação de nossos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre líder da Bancada da ARENA, na sessão de ontem, ocupando o Pequeno Expediente, e em resposta à manifestação efetuada desta tribuna por Sua Excelência o Sr. Deputado Deni Schwartz, quando solicitou a transcrição, na ata dos trabalhos da sessão mencionada, de editorial publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo", como dizíamos, Sua Excelência e o ilustre líder da Aliança Renovadora Nacional, Deputado Ivo Thomazoni, ponderava que, se no Paraná, ocorriam fatos daquela natureza, em São Paulo incidentes lamentáveis ocorriam, envolvendo a bancada do MDB.

Quero afirmar hoje a esta Casa, que discussões houberam, pontos de vista foram manifestados pelos integrantes da bancada do MDB, na Assembléia Legislativa de São Paulo, e, após muita entabulação, após muita discussão, a bancada do MDB por unanimidade, em reunião que se encerrou na madrugada de hoje, indicou como seu líder, da bancada, o Deputado Oswaldo Campanari, que representa, na Assembléia Legislativa, o município de Marília.

É claro que é um problema de um Estado, mas como o assunto foi provocado nesta Casa pelo líder da bancada da ARENA, nós fazemos questão de deixar este registro na ata dos trabalhos, da sessão de hoje, mesmo porque, e principalmente porque, sirva o exemplo democrático obtido em São Paulo onde sem qualquer tipo de coação moral ou material, sem qualquer tipo de pressão, enfim, sem qualquer tipo de ameaça, livremente, democraticamente, prevalecendo a força da inteligência, chegou-se a uma solução feliz; que o ocorrido em São Paulo sirva de exemplo a todas as classes políticas em nosso território nacional, porque é somente assim que estaremos praticando realmente a verdadeira democracia, estabelecendo um parâmetro entre a força do direito, e o direito da força.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Sr. Deputado Ivo Thomazoni, segundo orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era necessário que a liderança fizesse, desta tribuna, mesmo que despretenciosamente, um pronunciamento posicionando-se dentro dos últimos acontecimentos que envolvem o Governo do Estado do Paraná, e que têm sido objeto de noticiários, com destaque, dos diferentes órgãos do Paraná e também de São Paulo.

Devo, inicialmente, significar que o desfecho poderá ser considerado natural, em vista do comportamento político que de longa data vinha sendo demonstrado por Sua Excelência, o ex-Sr. Governador Paulo Pimentel.

Devo informar que o Governador Jayme Canet Júnior, em nenhum instante, desde que assumiu o Governo do Estado, adotou medidas restritivas que pudesse prejudicar os órgãos de imprensa, de propriedade do Sr. Paulo Pimentel.

Mas quando manchetes anunciam, uma atitude governamental responsabilizando-a de haver o governador riscado de qualquer divulgação da publicidade oficial, aqueles órgãos de imprensa, é necessário que em defesa da figura do Governador do Estado, se afirme que Jayme Canet Júnior manteve e tem mantido desde o primeiro dia de seu governo, o mais amplo diálogo com o ex-Governador Paulo Pimentel.

É bem verdade que S. Exa. resistiu muito aos apelos formulados pelas lideranças do nosso Partido, principalmente, aquelas do interior do nosso Estado.

Prefeitos Municipais, Vereadores, Diretórios Municipais, líderes comunitários, não entendendo a linha de comportamento

político de alguns programas do Canal 4 e de comentários publicados no jornal "O Estado do Paraná", estavam de há muito, solicitando uma fixação de posição do Governo do Estado e dos homens responsáveis pela administração.

E é bem que se diga porque não há nada a esconder, foi um plano federal aonde naturalmente também chegavam as queixas dos nossos companheiros, que se considerou inadequado aquele comportamento, ao ponto do Diretório Nacional, nas palavras do seu Presidente, Deputado Francelino Pereira, haver liberado o Sr. Paulo Pimentel dos quadros da ARENA, quando tomava conhecimento que aquele homem público pretendia a solução do impasse, através de ameaças que teria feito aos homens do Partido, em abandonar a nossa grei.

Para que não se interprete de outra forma, ou que se interprete de outra forma as notícias vinculadas em alguns jornais, convém também que o conceituado jornal "O Estado de São Paulo" esteja sendo enganado por notícias repassadas por sua sucursal, no Paraná.

Ninguém desconhece que o representante daquele importante órgão da nossa imprensa é também alto funcionário da empresa editora do "O Estado do Paraná". E não pode a ARENA, como não pode o Governo, ficar à mercê de notícias e comentários que não traduzem a verdade.

Fazemos votos, sinceros votos de que nas próximas horas, nos próximos dias a crise que se esboça tenha um paradeiro, que não se procure fazer de quem sempre usou os órgãos de imprensa em benefício próprio ou de um grupo, uma vítima de uma campanha que vise impedir a liberdade de imprensa.

É necessário que levantemos a nossa voz para nos solidarizarmos com quem, no Governo do Estado do Paraná, sempre manteve comportamento digno quando se tratava do relacionamento do Governo, pessoa jurídica e a pessoa do Governador, comportamento que sempre foi igual para com todos. E se agora vivemos este instante de crise, haveremos de superá-lo, porque, com a fixação dos homens de nosso Partido em torno daqueles que realmente desejam trabalhar no fortalecimento de nosso Partido, fazendo a grandeza do Estado, haveremos de fazer com que a ARENA cresça e haveremos de dar esta demonstração nas eleições de novembro, porque a nós não será mais admitido que no interior sejamos cobrados por não assumirmos aqui atitude contra companheiros que têm tido comportamento duvidoso, quando se trata de lutar em favor dos mais altos postulados da ARENA, que é nosso Partido.

Admitimos liberdade total de ação, respeitando as idéias de cada um, desde que sejam defendidas no seu próprio local e o combate ao nosso programa de Partido, à nossa Carta de princípios e a discordância com os postulados da Revolução, representada no Paraná, pelo Governo do Estado, por nosso Partido, não terão mais abrigo dentro da ARENA.

Queremos saber com quem haveremos de lutar para evitarmos que continuem lutando dentro de nosso Partido contra aqueles que se manifestaram sempre contra as iniciativas que visam o fortalecimento da ARENA.

Portanto, se houver afastamento de determinados líderes de nosso Partido, das fileiras da ARENA, é possível que nada mais seja do que a ratificação de um afastamento voluntário já ocorrido já alguns anos e só nós não estávamos, na azáfama da luta diária, verificando a extensão do mal que estavam a causar ao nosso Partido.

Tenho recebido, no Interior do Estado, Prefeitos, Vereadores, dos homens de nosso Partido, notícias das repercussões favoráveis à atitude da ARENA nacional, em pretender, de agora e sempre, saber com quem pode a ARENA contar nos bons e nos maus dias, nos bons e nos maus momentos.

É possível que a Liderança volte para um pronunciamento no Grande Expediente, e o farei oportunamente. Mas, não poderia deixar de dizer, nesta tarde, da nossa solidariedade ao

Presidente de nosso Partido, Dr. Afonso Alves de Camargo Neto, ao Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, ao Ministro da Educação e Cultura, líder paranaense, Ney Braga, que foram, nos últimos dias, objeto de calúnias vinculadas em inúmeros comentários publicados em jornais da Capital e de São Paulo.

Esta é a nossa posição, porque coerentes com o nosso comportamento, haveremos de, sempre, continuar na trincheira que nos encontramos e que visa o fortalecimento de nosso Partido, lutando por tudo aquilo que consideramos justo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, terceiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para falar em liberdade de imprensa, eu perguntaria se já há liberdade de imprensa.

Venho a esta tribuna, nobres companheiros de Parlamento, para somar mais uma voz a tantas quantas estão a bradar, hoje, e a protestar, hoje, em Curitiba, por mais um ato abusivo do Governo Municipal.

Falo da questão do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano da Capital paranaense.

Poder-se-ia indagar da competência para tratar do assunto. E eu responderia: a competência para protestar, em nome do povo, pertence a qualquer parlamentar, em qualquer nível.

Mas, como as vozes da Oposição, na Câmara Municipal de Curitiba, foram postergadas, desconsideradas, vários encontros eu tive, nesse sentido, inclusive, hoje pela manhã, tive um encontro na Prefeitura Municipal de Curitiba. Ainda, ontem à noite, a imprensa, ou seja, a TV, noticiou que, hoje, seria o último dia para se apanhar o talão de lançamento desse imposto. E, ao mesmo tempo, dava conta de que, hoje, expiraria também o prazo para o pagamento, do referido imposto, sem multa.

Muitos avisos de pagamento de imposto não foram entregues. E seria uma responsabilidade do Poder Público Municipal fazer a entrega, no domicílio, ou na residência, no endereço fiscal que consta nos arquivos da municipalidade. Além de se tratar de uma tributação abusiva, aviltante, descriteriosa, que aumenta de ano para ano, violando, inclusive, as normas do equilíbrio do Poder, vem agora o Poder Municipal dizer que se não for recebido e pago, hoje, o imposto, os contribuintes pagarão uma multa e uma multa também abusiva, como só acontece.

E a propósito, nesta voragem fiscal em que o Governo em todos os níveis, anda a propalar neste País para arrebanhar riquezas para os cofres públicos, quem sabe para pagar bilhões de cruzeiros em propaganda oficial por mês, como se vê na notícia oficial ou oficiosa, da dissensão arenista que chegou à tona e ao conhecimento popular.

Por isso, entendo que tudo se faz buscando o povo não como ser humano, mas fazendo dele um instrumento de riqueza e farto de recursos para construção de viadutos, como o do Capanema, que já por duas vezes compromete a segurança da coletividade.

Eu próprio já alertei que de acordo com o Código Civil estava para expirar o prazo, para expirar a responsabilidade civil de quem construiu aquele viaduto e não vi nenhum ato de S. Exa. ou do Departamento adequado, interpelando ou resguardando os direitos da coletividade.

Deixo aqui, mais uma vez, para ficar registrado nos Anais desta Casa, que se apelou muitas vezes para o bom senso, para a compreensão e sensibilidade humana, que pelo menos se presume tenham os homens que dirigem os poderes deste glorioso País.

É com tristeza que venho lamentar, que venho protestar contra o Prefeito Municipal a respeito do aviltamento do impos-

to, da forma abusiva com que faz os anúncios de vencimento, com que posterga o direito, sem ao menos postular para diminuir a imposição fiscal, a tributação abusiva que se tem feito aqui e alhures também.

Esperamos que S. Exa. verifique com bom senso, com o senso de equilíbrio de quem está no poder, e não consegue enxergar o povo; aqueles que não precisaram do voto do povo para chegar ao poder, que tenham mais sensibilidade, ouçam as lideranças políticas para tratar com respeitabilidade as causas do povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que a tribuna do povo se transformou, ultimamente, em verdadeiro vale de lágrimas. Há tantos motivos de queixas e reclamações. E em nossa própria Casa deixa-se caracterizar estes motivos, que se transformou em assunto, em todos os dias de trabalho.

No ano passado apresentei alguns projetos de lei que considero de relevantes importâncias, porque eles nasceram da vontade comunitária do povo; entretanto, estes dois projetos tiveram a sua tramitação prevaricada. E hoje, consultando a Direção das Comissões, para minha decepção verifiquei que um dos meus projetos, criando o distrito fiscal de Lindianópolis, foi arquivado simplesmente porque o prolator da matéria, na Comissão de Justiça, opinou pelo arquivamento. Até mesmo a soberania deste Plenário, é violentada, com interesses particulares e políticos levantando-se, no instante em que o interesse comum e honrado do povo, se manifesta.

Desta feita, Sr. Presidente, causou-me estranheza singular, verificar que, simplesmente por haver opinado, o relator da matéria, que a matéria deveria ser arquivada, arquivou-se, sem que fosse ouvido este Plenário cuja soberania jamais poderá ser quebrada.

O outro projeto de lei, Sr. Presidente, de autoria deste Deputado, é um que pede a criação do município de Figueira, desmembrando-o do município de Curitiba. Este projeto, que está revestido de quase a totalidade de documentação, faltando simplesmente o documento de previsão estatística do IBGE — e de obrigação das Comissões, a buscar este documento, para que possa a sua tramitação ser efetuada, este projeto de lei permanece nas Comissões se não me engano, desde outubro do ano passado, sem nenhuma providência.

É preciso que interesses político-partidários, que interesses subalternos não sobrepujem sobre os interesses do povo, porque, do contrário, nós caminharemos a passos mais largos para a falência deste Poder. A soberania deste plenário deve ser respeitada, não é somente a opinião de um relator de uma determinada Comissão, que pode ter o direito de prevaricar o direito e a liberdade de se criar aquilo que o povo quer que se crie.

Peço à Executiva desta Assembléia neste momento em que esta tribuna se transforma em um vale de lágrimas, que, se se desrespeita o poder político e público, lá fora, que aqui dentro se respeite o direito do Deputado, representante que é, do povo do Paraná, da vontade do povo do Paraná, tomando providências para que sejam desarquivados estes processos de lei, e que, eles venham para o plenário para receberem o manifesto soberano dos representantes do povo, e, não aceite um arquivamento, simplesmente por uma decisão de um membro de uma determinada Comissão.

Não permitirei que isto aconteça, como não permitirei que aconteça a qualquer dos trabalhos desta Casa, porque isto, como se diz, desrespeita a nossa própria soberania.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra os Deputados Luiz Carlos Zuk, quinto orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que os próximos senhores oradores que haverão de tomar assento nesta tribuna não venham falar que roupa suja se lava em casa, eu queria nesta tarde através do testemunho do homem paranaense que somos, nascido na cidade de Ponta Grossa, e agora exercendo o cargo de deputado estadual nesta Casa de Leis do Paraná, falar em alto e bom som à imprensa livre, sadia e honesta deste Paraná e do Brasil, de que o ex-Governador Paulo Cruz Pimentel deu ao Paraná e ao Brasil uma das poucas, ou uma das melhores administrações públicas em Estado desta Confederação.

E não poderíamos, de maneira alguma, quando inserida em órgãos de circulação nacional, um senhor candidato hoje, Deputado Federal de bolso de colete chamado Norton Macedo, tenta, no território nacional, desmoralizar um homem que não é do meu partido, mas que assumo a responsabilidade de dizer e recordar à douta bancada da ARENA nesta Casa, de que quando Paulo Pimentel, Governador do Estado do Paraná, foi o homem que colocou a ARENA em ascensão neste Paraná, foi o homem que contribuiu para o desenvolvimento deste Paraná, obras suas, até hoje estão sendo inauguradas pelos governos que aí passaram.

Nunca vi alguém de Locupletar de Canal de Televisão, de jornal de circulação, vi isso sim, Governadores depois de Paulo Pimentel, roubarem do povo do Paraná e do povo do Brasil, que tiveram que ser enxotados do Palácio Iguaçu, Paulo Pimentel entrou no Governo e entregou o Governo com suas próprias — mãos.

E não admito que um senhor pretendo representante do Paraná como Norton Macedo tirado do bolso do colete, venha atingir a dignidade e honestidade, de homens que não pertencem ao meu Partido, mas que reconhece e muito contribui para até ao cúmulo, de chegar nesta tarde, aqui nesta Assembléia por indretas, tentar atingi-lo, fazendo com que seja envolvido num episódio que nunca partiu da sua atuação, da sua educação política.

Honestidade, gratidão, compostura, faltou para alguém da ARENA e não para Paulo Pimentel. Não tenho procuração nenhuma e não quero, mas como paranaense que sou, que gosta desta terra e da minha cidade, não admitirei que nesta tribuna, alguém venha como este fajuto representante paranaense, que não tem e nunca teve, passado político algum, que foi feito do bolso do colete, venha tentar fazer com que o Paraná seja atingido.

De um homem que engrandece a ARENA, de um homem que é do Partido do lado de lá, mas que tem o respeito de todos os Srs. componentes do MDB.

Queria também fazer um apelo para que estes arenistas, que agora intimidados, pela coação existente, e nós somos testemunhas, que não têm a livre palavra de vir aqui falar o que eu estou falando, mas que têm vontade de fazê-lo, mas por uma cartilha, ou por um outro vínculo, não pode falar o que a voz do Paraná fala através da nossa.

A nossa cidade lá está e as obras que nós temos, foram feitas do Governo de Paulo Pimentel, nosso leal adversário político.

Obras do Paraná inteiro, rodovias, a começar por esta recém inaugurada por duas vezes, a Estrada de Ferro Central do Paraná, o grande impulso que foi dado durante o seu governo.

As hidrelétricas que foram iniciadas durante o seu governo, será que a lealdade dada por Paulo Cruz Pimentel à família paranaense, fala mais do que a família da ARENA, O Governo não pertence a Partido, pertence ao Povo. Será que o povo é sustentáculo político para Governo da ARENA?

Não somos sem vergonha de também apoiar atos como estes de um pretendo representante na Câmara Federal, que não representa nada no Paraná. Grupos, sim. Aí se vê demonstrando grupos. Nós não pertencemos a grupos, mas achamos que dentro da ARENA existem homens de compostura política traçada há dezenas de anos políticos, passaram e saíram, como todo homem

de cabeça erguida, entra e sai do Governo do Estado.

E nesta tarde, Sr. Presidente e ilustre Mesa Executiva, queríamos tão somente, além de testemunhar como paranaenses, além de dar nossa posição como homem público, queríamos que a ilustrada bancada da ARENA nesta Casa não embarcasse naquilo que é passado. Se compararmos a decência política de outro homem, estará o fato comprovado do lado da verdade.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que o tempo está esgotado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço ao Sr. Presidente alertando pela escassez do tempo, mas, se necessário for, a bem da família do Paraná, voltarei a esta tribuna quantas vezes for necessário para rememorar a quem não tem memória, que Paulo Pimentel muito fez ao Paraná, apesar de não pertencer ao nosso Partido.

Atendendo a um pedido do Deputado Maurício Fruet e a fim de que possa ser votado na sessão de hoje, vou ler o seguinte requerimento: (Lê)

“Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem, do 77º aniversário de fundação do jornal “Diário da Tarde”.

O vespertino, em sua histórica caminhada na vida paranaense, inicia, hoje, nova fase de sua atividade circulando às 17,00 horas, e, como sempre, proporcionando ampla cobertura dos acontecimentos ao lado de permanente luta em defesa dos direitos populares.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Diretor do jornal homenageado, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, cumprimentando-o e a seus funcionários pela expressiva data do mais antigo jornal do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET.”

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, sexto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um simples requerimento apresentado por este Deputado em data de ontem, parece ter desencadeado em nossa Casa um verdadeiro furacão de explicações.

Mas, antes de justificar nossa posição, queríamos apresentar nossas boas vindas ao Canal 6, que pela vez primeira talvez, esteja filmando em nosso recinto.

Seja bem vindo e esperamos que faça a cobertura completa dos trabalhos de nosso Legislativo.

Sr. Presidente, em primeiro lugar quero lembrar que o conceituado jornal “Voz do Paraná”, há poucos dias, fazendo a análise do primeiro aniversário do Governo Jayme Canet Jr., até certo ponto elogiou a posição do MDB por e sempre respeitá-lo e ter se conduzido nesta Casa criticando quase sempre fatos e também atos, mas sempre respeitando a pessoa do Governador dos paranaenses.

Dentro desta linha e dentro deste posicionamento é que ontem viemos a esta Casa e pedimos a transcrição do editorial do “O Estado de São Paulo” que criou toda uma celeuma.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que nada temos a ver com os problemas internos do Partido da Situação, porque sabemos compreender a luta entre lideranças diferentes; nós que temos nossos problemas internos, não podemos ontem, agora e sempre calar frente aquilo que as entrelinhas dos jornais, de uma imprensa que não é livre, porque se temos liberdade de empresa, esta não pode ser confundida com liberdade de imprensa.

Temos liberdade de empresa, e hoje, até ela está ameaçada.

Mas, não liberdade de imprensa, não apenas pela censura oficial, mas principalmente por aquilo que denunciei, nesta Casa, há algum tempo atrás, a censura econômica. E a censura econô-

mica é muito mais poderoso que a censura oficial, em nossos dias.

Atualmente, houve até um relaxamento da censura oficial, mas a censura econômica está, dia a dia, a apertar a liberdade da imprensa.

No lavar de roupas internas de um Partido que nada tínhamos com isso, o MDB também foi atingido. Ao se acusar o ex-Governador Paulo Pimentel de dar cobertura a nosso Partido, nós também fomos chamados à discussão.

E não é verdadeiro isso.

E o Sr. Paulo Pimentel, ao prestar esclarecimentos ao jornal “O Estado de São Paulo”, dizia e afirmava que, nos programas do ex-Deputado Cândido Martins de Oliveira, 75 líderes da ARENA tiveram suas vozes ouvida, enquanto que apenas 27 estavam dessituados da ARENA; 48 vezes o Presidente da ARENA compareceu no Programa, mas nenhuma vez o Presidente de nosso Partido lá compareceu.

Srs. Deputados, mas nada disso seria importante - e me permitam, como engenheiro que sou, citar alguns dados, alguns números.

De um lado, se fala que o Governo Paulo Pimentel recebia de 800 a um milhão de cruzeiros por mês, para cobertura oficial, segundo o jornal “O Estado de São Paulo”. De outra parte, na contestação havida, se referia que esses 800 mil a um milhão de cruzeiros se referia a pagamento de serviços prestados.

Tive a paciência de procurar, nos diversos jornais deste Estado, e em quase todos encontrei, - e louvo o Governo por isso editoriais e notícias sobre o Governo.

Se, para só um Grupo foi pago 800 a um milhão de cruzeiros por mês, para se publicar editoriais.

Existem alguns antigos Prefeitos da ARENA nos assistindo então vejam bem: 3 milhões e 200 mil cruzeiros, por mês, para se publicar editoriais. Srs. Deputados, 3 milhões e 200 mil que dá para fazer uma escola de 8 salas, por mês; um hospital, cada dois meses; 20 salas no meio rural, por mês.

Esta foi a razão pela qual, vim a esta tribuna.

E dentro do entendimento que, acho, deve haver nesta Casa, chegou o momento de pedirmos ao nobre líder do Governo, quanto realmente se gasta neste Estado em publicidade oficial.

Sabemos que não é aquilo que consta do Orçamento, porque ali constava apenas 9 milhões de cruzeiros e essa quantia dá para pagar apenas um grupo, segundo está nos jornais, de 800 a 1 milhão de cruzeiros. Seriam 12 milhões por mês. O que consta do Orçamento é insuficiente.

Quanto gastam as autarquias em publicidade oficial? Ou será que as outras imprensas, os outros grupos não precisam de dinheiro e sobrevivem heroicamente? Talvez haja isso. Não vamos afirmar saber a verdade. Verdade, porque se os meus cálculos estiverem certos, e se toda imprensa cobra, por interesse meramente comercial, como constou na réplica do Sr. Paulo Pimentel, é muito dinheiro para fazer propaganda do governo.

Este, Srs. Deputados, é o cérebro do problema.

Terminarei, Sr. Presidente, fazendo um apelo para que compreendam a posição dos Deputados da Oposição, que na voz do seu Líder na próxima semana, virá a esta tribuna para colocar a posição da bancada, mas compreendam os Deputados, porque o Paraná, repito, sangra, porque é manchete e não é manchete produzida por seus filhos, que no seu estraçalhar está dando margem a que todos nós, políticos, deste Estado, continuemos sendo vistos com maus olhos.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência vai suspender os trabalhos por 10 minutos e convida os Srs. Deputados para que cumprimentem e recepcionem o Deputado Henrique Córdova de Santa Catarina, no Salão Nobre.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A data de amanhã está reservada para o Estado do Paraná receber a visita do Sr. Presidente da República, que virá inaugurar a Usina de Salto Osório, na minha região Sudoeste do Paraná.

Já tivemos oportunidade de fazer um pronunciamento sobre o problema da Usina de Salto Osório, aqui nesta Assembléia e hoje, volto à tribuna para abordar novamente a situação de calamidade em que se encontra o povo humilde, o colono sofrido do Sudoeste, que entregou suas terras para que o progresso construísse a Usina e até hoje, não recebeu a indenização a que tem direito, indenização que a Eletrosul lhe está negando e usando de todas as artimanhas possíveis para isso.

Realmente, é um paradoxo vir inaugurar uma usina que desde outubro já está funcionando, pela própria mensagem do Sr. Governador do Estado, enviada a esta Assembléia, às folhas 65, afirmava:

“Em 31 de outubro de 1975, a COPEL entregou definitivamente a Usina Hidrelétrica de Salto Osório, para a ELETROSUL ficando extinto o Convênio assinado em janeiro de 70 entre as duas empresas com interveniência da Eletrobrás, visando execução de serviços de engenharia, administração, na construção da primeira etapa daquela Usina.

A primeira Usina geradora de 175 mil KWA. de potência foi colocada em operação comercial no dia 17 de outubro de 1975, funcionando interligada ao sistema elétrico do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quando em operação com 6 unidades, Salto Osório terá 1 milhão e 600 mil kwa de potência final.”

Isto vale dizer, Sr. Presidente, de que, a partir de outubro, a Eletrosul com uma usina no Paraná, vende energia a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul; vale dizer, que a Eletrosul faturou com energia do Paraná, alguns milhões de cruzeiros, e por incrível que pareça, as terras que foram tomadas dos nossos agricultores ainda não foram pagas.

O Governo Federal em 13 de fevereiro de 1974, através do Decreto 73.636, desapropriou a área que formaria a bacia de acumulação para esta usina; a Eletrosul, usando de má fé, e isto é lamentável que um órgão da administração indireta do Governo Federal use de má fé, de fraude, de violência contra agricultores humildes, contra pobres lavradores e colonos que vivem nas margens do nosso rio Iguaçu, intimidando, conseguiu obter, com má fé, de gente humilde, em laudos de avaliação, fixando um preço de 2 mil cruzeiros o alqueire de terra, naquela região; com posse nesses laudos, com estas assinaturas obtidas aqueles colonos semi-analfabetos que nem sabem o que estavam assinando, a Eletrosul dirigiu-se à Justiça Federal e propôs pagar o preço, então, de apenas 2 mil cruzeiros o alqueire; mas muitos dos proprietários, com um pouco mais de visão, alguns, homens de empresa, com fazendas naquela região, é lógico, não poderiam concordar com a bandalheira que se estava fazendo, não poderiam concordar com uma filosofia de Governo que fez uma Revolução, para impedir que a Reforma Agrária fosse pagar com títulos do Governo.

E protestaram, e contestaram a ação da Eletrosul. E no seu direito civil, já que o Governo Federal através da administração indireta não queria reconhecer um direito autêntico, a indenização, contestaram a ação.

E iniciou o litígio judicial.

Mas, a grande maioria dos proprietários, ainda intimidados em lutar contra o Governo Federal numa ação, a maioria sem recursos para contratar um advogado, não contestou esta ação.

Nomeados os peritos para a avaliação pela Justiça Federal, vejam a surpresa e vejam o contraste e a incoerência da própria Eletrosul.

Os peritos da Justiça Federal, dos expropriados, junto com o perito Juiz, avaliaram a terra em 12 mil cruzeiros - só a terra, nua - e, outros lotes em 10, outros em 8 mil cruzeiros o alqueire,

valendo dizer, 6, 5 e 4 vezes mais do que a Eletrosul havia avaliado.

O próprio perito da Eletrosul, Srs. Deputados, deu uma avaliação, para a Justiça Federal, na ordem de 5 mil e 400 cruzeiros o alqueire, o que vale dizer que a própria Eletrosul reconheceu em juízo, que as terras valiam 3 vezes mais do que ela havia proposto inicialmente.

Mas o que deve ser ressaltado, é que nós acreditamos que a Justiça Federal encontrará o preço justo, porque ela está isenta de todas as interferências e encontrará, efetivamente, a melhor solução.

Mas aqueles proprietários que não contestaram a ação, vale dizer que concordaram com o preço oferecido pela Eletrosul inicialmente, receberão apenas 2 mil cruzeiros por alqueire.

Quando será pago aos que contestaram a ação, mais de dez mil cruzeiros, doze ou onze.

O que vale dizer, quem não? na Justiça contra o governo vai receber cinco ou seis vezes menos, que aqueles que tiveram a coragem de ir para a disputa judicial.

Como eu disse, a perícia lavrou um laudo que deve ser lido nesta Assembléia para que fique nestes arquivos.

Os peritos no correr do seu laudo proferiram, estas palavras, que tenho a certeza, se o ilustre Presidente da República amanhã, ao cortar a fita simbólica de inauguração, ao ligar o interceptor daquela usina, se tivesse conhecimento destas palavras, cujo perito indicado pela Justiça Federal é um Cel. do Exército.

Tenho a impressão que o Sr. Presidente da República, determinaria a Eletrosul para que parasse com as injustiças.

Afirmaram os peritos:

“Os expropriados são pessoas que estão trabalhando, ordeira e pacificamente nessas terras, no setor primário de nossa economia, na agropecuária, num trabalho diuturno digno dos maiores louvores, pois estão colaborando diretamente, em atividades úteis ao nosso Estado e ao nosso País. De repente, são submetidas a uma necessidade maior que é a desapropriação de áreas de terras que lhe pertence para nelas ser construída a Hidrelétrica de Salto Osório que obrigará a inundação de grande área de terras.

É bem verdade que é o progresso que surge na sua região e um benefício de grande alcance ao nosso País.

Mas também é claro, que o bem estar individual e social tem de ser preservado, mantido e, se possível, melhorado por ser esta uma obrigação que o próprio governo tem de zelar para evitar clima de descontentamento e mal estar. Devemos pois como peritos, conscientes de nossas reais funções, procurar contrabalançar as necessidades da ELETROSUL e não ser prejudicial a cada expropriado todos nós, bons brasileiros, queremos manter a paz social e o bem estar comum.

Apesar do que falamos aqui não há nenhum cálculo em excesso e sim com base em dados atualizados, de publicações especializadas e por todos utilizados onde se levou em conta os valores nelas apresentados bem como informações outras, por nós obtidas, para melhor situar a verdade de nossas afirmações.”

Fixaram então os peritos o preço de 12 mil cruzeiros o alqueire, E como havia benfeitorias a serem avaliadas, eu posso transmitir aos Senhores e dizer, que a ELETROSUL depositou inicialmente um milhão e oitocentos mil cruzeiros para pagar a terra e as benfeitorias.

E a avaliação vejam os Senhores, encontradas na Justiça, ascende a importância de dez milhões de cruzeiros, que vale cinco vezes mais do que a ELETROSUL pretendeu.

Isso sem os lucros cessantes sem juros e sem correção monetária que será passível através da Justiça.

Mas, Srs. Deputados, a atividade da ELETROSUL, atividade reprovável, enganando os agricultores se estendeu a esta Casa, enganou aqui a liderança do próprio Governo.

E isso está escrito e tenho em mãos o “Diário da Assembléia”, do dia 18 de abril de 1975, quando a Liderança do

Governo, através do ilustrado Deputado Ivo Thomazoni, veio responder ao meu pronunciamento também fixado nesta Casa no dia 15 de abril do ano passado, que convém ser lido para relembrar as palavras do eminente Deputado Ivo Thomazoni:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fiquei, atendendo ao que desta tribuna solicitou o Deputado Nilso Sguarezi, de trazer a esta Casa algumas informações sobre a situação em que se encontram os proprietários de glebas de terras do município de São Jorge do Oeste que deverão ser inundadas proximamente com abertura das comportas da represa das obras da Usina de Salto Osório.

A informação obtida por esta liderança junto à Justiça Federal e à Eletrosul dizem que o valor da desapropriação inicialmente fora estabelecido na ordem de dois mil cruzeiros ao alqueire Paulista.

Será acrescido depois da peritagem feita pela Eletrosul e pela Justiça Federal separadamente e depois conjuntamente para aproximadamente sete mil cruzeiros ao alqueire paulista, desde que não tenha a terra propriedade e nem pastagem.

Quando a terra tiver estas benfeitorias o seu valor crescerá em muito.

Portanto, no valor inicialmente estabelecido de dois mil cruzeiros, haverá um acréscimo, na ordem aproximadamente, de trezentos e cinquenta por cento do valor inicial.

Devo também esclarecer que não havia prazo estabelecido para o corrente mês, segundo o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para 15 ou 16 do corrente mês, para a abertura das comportas.

O prazo estabelecido pela Eletrosul para a inundação da área está previsto para 15 de junho."

Mas, Vejam os Senhores, são palavras do Deputado Ivo Thomazoni, de informação que ele obteve junto à Eletrosul que foram trazidas a esta Casa.

"Pretende a Eletrosul, já a partir de 15 de maio, que um dos Diretores daquela obra esteja no local para efetuar o pagamento das importâncias a todos os moradores daquela área.

O engenheiro Gilberto Costa e Silva, Diretor Técnico da Eletrosul, assegura que a partir de 15 de maio aquela obra estará com seu funcionário emitindo cheques no local da obra para todos os proprietários, quer posseiros ou quer proprietários de terras, ocupantes de porções de terras a serem inundadas".

Palavras do ilustre líder da ARENA nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tais Diretores não apareceram nunca em Salto Osório, embora várias reuniões tivessem sido marcadas e os colonos tivessem para lá se dirigido na esperança de receberem o valor de suas terras.

O que acontece agora de lamentável naquela região, é que o INCRA está expedindo "carnets" para que os proprietários das terras sem receberem pelas terras que estão alagadas, paguem ao INCRA porque a Eletrosul está exigindo agora no processo que, mesmo aqueles que não contestaram a ação que apresentem o título de domínio para poderem receber.

Esta é a situação de calamidade. Homens que foram desalojados com o auxílio de Força policial porque o Prefeito de São Jorge, quando liderava alguns posseiros veio a Curitiba falar com autoridades responsáveis.

Foi aconselhado por um Cel. da Polícia do Estado do Paraná que "pusesse a viola no saco", pois poderia sofrer consequências outras.

E este Prefeito teve que subscrever uma procuração e passar a um advogado de Curitiba e contentar-se a acompanhar a ação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Entristeço-me, nobre Deputado, toda vez que ouço esse deletério nome de INCRA.

INCRA, para mim, representa um entrave no progresso agrícola deste País.

Não deu certo na Amazônia, não deu certo no Mato Grosso, litigou com todos que lá estavam. Projetos suntuosos que plantaram na Floresta Amazônica - dos quais sou testemunha - vi com meus próprios olhos, a sucumbência desse organismo falido pela própria falência.

Entretanto, nobre Deputado, o malogro do INCRA, a despeito de palavras bonitas que o coordenador desse organismo disse, o coordenador da Região Sul, Paraná Santa Catarina, se não me falha a memória; a despeito de suas palavras; a despeito de seus projetos, ele se arvora a dizer, e eu até achei que estava, realmente, um colorido bonito, um paraíso para os homens aqui da terra, no chamado "Projeto Rui", o malogro do INCRA é evidente.

E eu até me convenci por ele de que esse projeto era uma coisa auspiciosa.

Mas, isso não acontece.

O abuso do direito, nobre Deputado, a violação das normas legais, não tem paradeiro.

Não é só a expropriação de terras onde as águas que representam represas grandes hidrelétricas vão tomando conta, que vão engolindo ricas regiões de produção agrícola, como aconteceu em Capivari, em Salto Osório.

E V. Exa. sabe de minha luta, quando vinha, não fazer uma denúncia só a respeito da maior usina hidrelétrica, Itaipu, mas através dos desmandos que não estabelece preços mínimos para as terras, não estabelece um critério de justiça, ou exerce a Constituição sobre o qual paira o AI 5. E sobre o qual há um juízo de temor de todos os homens, desta Pátria dos democratas verdadeiros.

Este ato que é o reconhecimento da "capitis diminucius" da classe política, do intelectual, do avanço da cultura.

Sr. Deputado Nilso Sguarezi, tenho em mãos um documento que nós, juridicamente, costumamos dizer "domínio pleno" uma escritura pública registrada no Cartório de Imóveis, cujo preço de 90 alqueires foi 540 mil cruzeiros.

E, realmente, o INCRA cobra imposto sobre 7 mil cruzeiros o alqueire,.

No entanto, por outro motivo que não hidrelétrica, mas para desapropriação por interesse social, para reforma agrária, onde se tirou o colono para a reforma agrária, o preço depositado - na Justiça, é 500 cruzeiros o alqueire, Deputado Nilso Sguarezi.

Veja V. Exa. que não é só a Eletrosul que comete absurdos, demandas e abuso de direito.

O preço das terras, na região de Matelândia, na Gleba Guairacá é baixíssimo.

Se o INCRA tiver terras nessa região a 15 mil cruzeiros, eu compro.

No entanto, trouxeram, ontem, aqui, esses documentos, que estão na Justiça, e que comprovam o valor pago, o imposto, intervivos, e tudo o mais que relaciona ao direito de propriedade.

No entanto, o INCRA não reconhece o valor real.

E assim, nobre Deputado, está ocorrendo também com o caso de Itaipu, está ocorrendo também nas Glebas de São José e

Santo Alberto, o Parque Nacional, que chama de Parque Nacional, e invocam que seja Parque Nacional, numa confusão, num aforismo jurídico, num abuso mais uma vez do léxico brasileiro.

E vêm e dizem que as terras do Parque Nacional foram expropriadas ou declaradas de utilidade pública, para fins de reforma agrária, quando do Parque Nacional, se sabe que são expurgadas, são enxotadas, são despejadas famílias em grande número e ainda recentemente os jornais publicaram prisões de homens, e já disse isto desta tribuna.

Então, os desmandos que estão acontecendo de Norte a Sul do País, é preciso que tenham um paradeiro, e que as coisas

do Poder, se exerçam no Poder, mas em nome do povo, porque em nome do povo deve ser exercido, não espoliando o povo, desvirtuando a reta intenção do organismo estatal, do Estado como organismo jurídico político.

Parabenizo-me com V. Exa. que mais uma vez vem aqui, defender esses pobres injustiçados colonos, que não têm condições de diálogo com as autoridades e que são enxotados de lá, porque muitas vezes vestem roupas de serviço, por não conseguirem roupa melhor. As roupas de ir à missa, aos domingos, é que vestem para vir aqui buscar a defesa de seus direitos. Parabenizo-me e solidarizo-me com V. Exa., porque realmente aqueles que querem justiça, buscam sua fonte e seu fim.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de V. Exa. que tem a substância com que ele foi vazado, o que, reafirmo, temos tentado fazer sair desta Casa, que é o tratamento unilateral que todos os órgãos públicos têm, quando em confronto com o direito particular.

O Estado, nobre Deputado Fidelcino Tolentino, deve ter, como objetivo, a prevalência dos direitos do homem na pessoa humana. Mas, em nome do progresso, em nome do desenvolvimento e em nome da segurança, nós vemos estarremidos, que muitas autoridades deste governo levantam a total prevalência do direito público sobre o direito particular.

Vejam o nobre Deputado que se referiu a Itaipu, o consumo de energia do Paraná estaria satisfeito com as Usinas que a COPEL tem, com a Usina que a COPEL se propõe a construir, em Fóz do Areia. Como disse, o Paraná já vende energia. Salto Osório que não está com a capacidade plena, já está fornecendo energia para o Rio Grande e Santa Catarina. O Paraná vai produzir e ainda outro dia o Líder do Governo dizia que é motivo de ufanismo, porque o Paraná vai duplicar a produção de energia neste País. O que vale dizer, o Paraná terá um excedente de produção de energia elétrica para fornecer a outros setores do País. Mas, se nem os nossos homens que perdem suas terras, recebem indenizações, se tem que ir à Justiça, contratar advogado, perder tempo, se nem eles recebem indenização, justa, o Estado do Paraná, onde fica nesta história?

Cinco por cento do território paranaense será alagado por essas usinas que irão produzir energia, não para o Paraná, mas para os brasileiros, energia que não é o Paraná que vende, diga-se de passagem, porque os sistemas são da ELETROSUL, subsidiários da ELETROBRÁS e a COPEL, deveria ter então, participação na venda deste energia excedente, porque se o Paraná entra com seu território, se o Paraná perde estas terras, e diga-se de passagem as mais férteis, estes solos riquíssimos, às margens dos rios, se o Paraná perde este quinhão do seu território, não seria então do Governo do Estado do Paraná pleitear uma indenização a nível de Estado? Porque é uma área altamente fértil que deixará de produzir.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, V. Exa. tem sido coerente no uso desta tribuna, todas as vezes o tem feito com brilhantismo e seriedade.

E nesta hora em que V. Exa. ocupa a tribuna para tratar de um assunto de grande interesse para o território paranaense, para a economia, e para o povo paranaense, já por mais de uma vez eu fico me perguntando, se nós como sal da terra, não fôssemos pregar aos peixes?

Porque tanto temos falado, não temos sido ouvidos por quem deve ouvir, por aquele que deve ser o primeiro advogado deste Estado que é o Governador do Paraná.

O Paraná só tem perdido terras e riquezas, tem dado da sua potencialidade, para fornecer energia elétrica a outros Estados, e não tem sido compensado por esta contribuição que tem dado. É Salto Osório, no Sudoeste; Capivari, no rio Parana-

panema, inundando as terras mais férteis do Brasil impedindo-se que elas continuem a produzir e pagando, aos proprietários que ali haviam depositado toda a sua vida e toda a sua esperança, importâncias insignificantes, que não permitiram a compra de terras, em igualdade de condições, em outras áreas.

Agora vem Itaipu, provavelmente no Vale São José e também no Rio Paraná, e nenhuma servirá ao Paraná. E o que é de se lamentar, é que, em todas estas ocasiões, o Governador do Estado é o primeiro a participar da inauguração — ao invés de defender o interesse do Paraná, vai participar de festas sobre obras que prejudicam o interesse do Paraná. V. Exa. é advogado, e sabe que é crime o patrocínio infiel.

Quando nomeado Governador — porque eleito não o foi — o Sr. Governador passou a ser o primeiro mandatário, portanto, primeiro advogado do Paraná, e desde o instante em que ele não se levanta para defender, como primeiro advogado, os interesses do Estado, ele estará perante o povo e perante a história, cometendo patrocínio infiel. Nós sabemos que não pode ir bem, um Estado onde o Governador, ao invés de atender aos interesses do Estado, de defender aos interesses do povo, se alia ou defende os interesses daqueles que, pela sua política prejudicam os interesses deste mesmo Estado. Como me disse há poucos dias um lavrador do Norte do Paraná — que já não mais adiantava pedir ao Governador que cumprisse esta sua obrigação, porque ele era mais ouvidor e menos governador.

Mas, esperamos que não tenhamos, mais uma vez, que pregar aos peixes, e continuarmos a cobrar dele, a defesa intransigente do Paraná, como V. Exa. tem feito, porque sei que V. Exa. apresentará sugestão concreta nesse sentido.

Aguardaremos, não só para aplaudir-la, mas, para apoiá-la. Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI) Dizia eu, eminente Deputado

Osvaldo Macedo, que a ELETROSUL enganou a liderança do Governo nesta Casa, fez, do eminente Deputado Ivo Thomazoni, que a bem da verdade tem lutado incessantemente para que aqueles colonos que também pertencem à sua região recebam indenização justa, fazendo com que o Líder do Governo afirmasse nesta Casa que a ELETROSUL concordaria com o preço de 7 mil cruzeiros o alqueire. E mais do que isso, que independente da ação, saía pagando aos posseiros.

Marcaram a data, 15 de março, Sr. Presidente, O Líder do Governo afirmou nesta Casa, e nós levamos a notícia àqueles paranaenses, e a ELETROSUL não apareceu com os falados cheques.

Mas apareceram os advogados da ELETROSUL exigindo o domínio das terras; e apareceu o INCRA dando os carnês para que aqueles que já tem suas terras avaliadas, vão no banco e paguem as terras.

Será que o eminente Presidente da República tem conhecimento destes fatos?

Concedo aparte ao Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Eminente Deputado, ao final de 1974, apresentamos nesta Casa, um requerimento dirigido ao Presidente das Centrais Elétricas de São Paulo, com cópia ao Governador do Estado do Paraná, ao Sr. Presidente da COPEL, ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, enfim, a uma série de autoridades ligadas ao problema energético de nosso País, com ingerência sobre esses órgãos de energia, sejam estaduais ou federais.

E naquela oportunidade, lembrávamos que a Lei de autoria do saudoso Presidente Vargas, que instituiu a PETROBRÁS, no Art. 23, se não me falha a memória, afirmava taxativamente que os municípios onde se efetuava a exploração do petróleo, além da indenização imediata aos seus proprietários, o que aconteceu e vem ocorrendo em todo o território nacional se daria também, uma participação, um lucro obtido pela empresa em função da exploração, imposto naquele município, em torno

de três por cento. E ao Estado se daria uma retribuição pela exploração de parte do seu território, no valor de cinco por cento sobre o produto ali explorado.

Um levantamento efetuado na região de Primeiro de Maio comprovou que o Estado do Paraná arrecadava de impostos na área atingida aproximadamente, em valores de 74, 2 milhões de cruzeiros, importância esta que o Paraná deixará de receber.

Veja bem, Sr. Deputado, a denúncia de Capivara já foi objeto de inúmeros pronunciamentos nesta Casa. O problema do lavrador abandonado, espoliado, na indenização de suas terras, importância esta que não lhe dava condições para adquirir outras terras.

E ao mesmo tempo, Sr. Deputado, a situação criada ao Estado do Paraná que deixou de arrecadar vultuosa importância se verifica também em Itaipu, onde o Deputado Fidelcino Tolentino, já teve ocasião de destacar nesta Casa, o que ali está ocorrendo. E nós sabemos e somos testemunhas, pois verificamos no local algumas arbitrariedades, que estão sendo praticadas contra os lavradores que ali residem e que foram obrigados a saírem da região, em função da inundação de Itaipu.

Veja mais, Sr. Deputado, a denúncia que V. Exa. com mais justeza apresenta nesta tarde, e ao lado de tudo, o Estado do Paraná se transformando num grande lago, inundado, na região do Norte, em Primeiro de Maio, inundado na faixa de Guaíra a Foz do Iguaçu, inundado, pela ELETROSUL, em Salto Osório. Ao mesmo tempo em que o Paraná está sendo inundado, a sede da ELETROSUL, cuja principal função se verifica no Estado do Paraná, está localizada em Santa Catarina, que não produz energia.

Enquanto isto, a sede da Itaipu, está localizada em São Paulo e Rio de Janeiro, oferecendo mão de obra para engenheiros do Paraná, porque aqui está a grande escola de engenharia no setor ligado à energia elétrica.

No entanto, tudo isto é esquecido pelo Governo Federal, marginalizando nosso Estado, como se quisesse transformar o Paraná num grande lago para ser habitado por "black e tilápias" em pouco tempo.

O SR. NILSO SQUAREZI — A título de informação a V. Exa., nesta perícia efetuada na avaliação, se indagou do que poderiam ser os lucros cessantes aos proprietários e a perícia acabou por concluir, avaliando a 3.750 cruzeiros por alqueire paulista para quem tenha direito a indenização nas atividades pastorís. Quanto às agrícolas, não há possibilidade de obtenção de dados concretos. Mas nós sabemos que as atividades agrícolas trarão um rendimento muito maior do que as pastorís, o que equivale dizer que no lapso de apenas dez anos é fácil aquilatar o tremendo prejuízo que o Paraná está tendo, apenas na perda de um território destas Usinas.

Então vemos a situação deste Estado constrangedora, porque 30 km. acima de Salto Osório que será inaugurada amanhã, começa Salto Santiago, que vai alagar uma extensão de terras muito maior.

E mais. Acima de Santo Santiago se está iniciando a Foz do Areia, que alagará um território muito maior.

Então, talvez estejamos aqui clamando aos peixes, como disse nosso Líder Osvaldo Macedo. Mas, tenho a impressão de que clamamos por um turbilhão de peixes, porque, como disse Maurício Fruct, este Estado ficará um grande lago.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Não poderia deixar nesta oportunidade, de me inserir em seu discurso. Não quero ter o desprazer de, daqui a alguns anos, me sentir um dos carneiros daquela charge que saiu em um dos jornais de São Paulo, quando Teotônio Vilela falava e os cordeiros corriam do plenário. Não quero ser um daqueles cordeiros e por isso quero me inserir em seu discurso.

Talvez estejamos falando aos peixes, mas guardarei com

muito orgulho o "Diário da Assembléia", para mostrar a meus filhos que nós, paranaenses que somos, estávamos presentes e brigando.

Quanto ao problema de desapropriação, naquela oportunidade até ficou no ar uma afirmação que fiz, dizendo que para a inauguração seria feita uma casa, cujo valor seria de dois milhões de cruzeiros, portanto, 200 mil a mais do que o valor que havia sido depositado para a desapropriação dos moradores da área inundada.

Dois milhões de cruzeiros a hospedaria que seria oferecida a quem fosse à inauguração. Ficou no ar a pergunta, e até hoje não sabemos se foram dois milhões de cruzeiros. Sei que V. Exa. tem dados para dizer que não foi esta importância e deixo a V. Exa. para que afirme isto.

Mas, me inseri no seu discurso para dizer do desprestígio deste Estado e fiz questão, acerca de cinco minutos, de consultar o Gabinete do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para ver se havia chegado algum convite para que aquela autoridade comparecesse à solenidade de inauguração da Usina de Salto Osório, que está no Paraná, feita com o suor paranaense. E, a informação do Presidente, foi de que lá não compareceria e não sabe se foi convidado.

Erro da Assessoria? Talvez.

Mas, veja bem, Sr. Deputado, que nós, por uma cortesia do Executivo deste Estado — e é bom que se diga — somos convidados para todas as inaugurações de escolas, bancos, etc. Somos Oposição, mas somos convidados.

Mas o Sr. Presidente da Assembléia parece não ter sido convidado para aquela inauguração.

É por isso que sou daqueles que, infelizmente, têm de acreditar que o novo "slogan" do Paraná é "Paraná, terra de todos eles".

Muito obrigado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço o aparte de V. Exa. e queria apenas dizer que o rico hotel que foi construído para hospedar os diretores da Eletrosul, nababescamente decorado, ultrapassa, em muito, ao valor que a Eletrosul pretende, ou pretendeu pagar aos proprietários das terras.

E isso não é privilégio da Eletrosul.

A nossa própria Copel tem um hotel fabuloso em todas suas usinas, para governadores, secretários, ministros, passarem os fins de semana.

Digo isso apenas para caracterizar o tratamento que se dá, de um lado, ao homem humilde que não tem os recursos da grande empresa, da administração; e do outro, os que têm o poder nas mãos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa tentativa é a última esperança daquela gente humilde, é que haja uma interferência de cima para baixo, para que a Eletrosul seja obrigada, sob determinação de legislação federal, a pagar o preço justo, preço que já está avaliado por peritos idôneos, independentes e imparciais.

Mas, pagar a todos os proprietários de terras, tenham, ou não, contestado.

Então, o nosso requerimento se resume em um expediente ao Senhor Presidente da República para que S. Exa. tome conhecimento desses fatos, e determine à Eletrosul que cumpra a palavra que empenhou ao Líder do Governo, nesta Casa, que ia efetuar os pagamentos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, por me faltar material na hora que solicitei aparte de V. Exa., não foi a propósito, mas omiti que, se não fosse reparado, seria, para mim, incorrigível.

Quando falei da Usina de Itaipu, da binacional Itaipu, está havendo um acordo consensual entre o INCRA, segundo as alegações dos interessados, dos proprietários e dos posseiros da-

quela área. O INCRA estaria para distribuir títulos de domínio, mas tendo em vista que as terras, assim que forem documentadas, sofrerão um aumento de preço, então, a entrega desses títulos, a confecção desses títulos foi suspensa pelo INCRA no evidente propósito de causar lesão ao direito dos posseiros que estão ali, a esperar pela escritura, por título, há mais de 30 anos, em muitos casos.

Esqueci também, na hora, de me referir à estrada bloqueada por cerca de arame, a estrada que ligava Foz do Iguaçu a Guaíra, saindo de Foz do Iguaçu, passando por onde, hoje, se encontra o canteiro de obras da chamada binacional, que eu chamo de multinacional. Então, puseram uma cerca de arame, mais ou menos igual a que a Alemanha usou para separação de seus irmãos e fechou a estrada e hoje, tem uma cerca melhor, como já denunciei desta tribuna, e algumas crianças que moram nas redondezas, e que moravam ali, quem sabe, onde tinham plantação de uvas e várias outras árvores frutíferas, muitas vezes, na época de frutos maduros, passam por baixo da cerca para colherem esses frutos e foram afugentados, escurraçados por tiros, cuja prova tenho aqui. Foi deflagrada uma bala e esta eu, pessoalmente, colhi de um dos palanques daquela cerca. Está aqui e quando quiserem fazer a prova, está nas minhas mãos. Tenho a fotografia de onde tirei esse projétil. A estrada foi aberta às margens, para dar a volta em Alvorada do Iguaçu, numa distância de 39 quilômetros, quando em 8 se ia a Foz do Iguaçu. O preço da passagem, de 3 cruzeiros, passou para 17.

Agradeço a V. Exa. a complementação do meu aparte.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência anuncia que restam 9 minutos para o fim do Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ausente do plenário porquanto recepcionava o eminente Deputado Henrique Córdova, não tive a satisfação de ouvir o pronunciamento de V. Exa., mas sei que V. Exa. citou meu nome, porque eu trouxe informações que me foram fornecidas por que eu trouxe informações que me foram fornecidas por membros da Comissão de Peritagem designada para levantar o quantum devesse ser pago pela Eletrosul às porções de terra inundadas com o fechamento da comporta da represa da Usina de Salto Osório. Quero confessar a V. Exa., dei credibilidade à informação o que me foi trazida neste plenário pelo eminente coronel Jansen de Mello. Posteriormente, soubemos que muito embora a Comissão de Peritagem designada pela vara da Justiça Federal e pelas partes interessadas, quando se considerava tranquila a aceitação por parte da Eletrosul do quantum estipulado, que estava bem acima e em certos casos esta duplicou ou triplicou o valor inicial, a Eletrosul, através de sua assessoria jurídica, contestou a validade daquela avaliação.

E que no processo em andamento na justiça federal, teria se recusado a aceitar como válido aquele levantamento procedido. Tanto quanto V. Exa., muito embora homens do governo, lamento o procedimento da Eletrosul. Embora reconheça que a Eletrosul, desenvolve no campo da exploração de nosso potencial energético, trabalho significativo e importante no desenvolvimento do País. Confesso que, desde o primeiro instante que o problema surgiu, principalmente no município de São Jorge do Oeste, o Prefeito Municipal, Sr. Ciro Boyer, no meu gabinete e o Deputado Federal Norton Macedo, juntos, procuramos gestionar junto aos homens da Eletrosul e quando foi impossível a solução por vias mais diplomáticas, nós o aconselhamos. E o Prefeito Municipal, de posse das procurações dos agricultores atingidos, as subestabeleceu a um advogado com foro nesta Capital, que ainda hoje luta na defesa dos interesses daquela população que V. Exa. defende neste instante, desta tribuna.

Desejo apenas informar o eminente Deputado Deni Schwartz, de que eu recebi convite da Eletrosul, para assistir os atos

da inauguração da Usina de Salto Osório, amanhã. A informação que tenho é que o eminente Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira também foi convidado.

Queria significar uma coisa, eminente Deputado: em todos os instantes desta luta em defesa da população de São Jorge do Oeste, nunca nos faltou o apoio do Sr. Governador do Estado, e da própria COPEL, que, nos puseram em contacto com os homens da Eletrosul — que não tem em Curitiba a sua sede, concordando que deveria ser o Paraná o Estado a sediar a Eletrosul, e isto bem dificultado os contactos para com os homens da Eletrosul. Esporadicamente o advogado da Eletrosul se encontra em Curitiba, ele é atencioso mas não tem força decisória. E, a nível de 2ª Vara da Justiça Federal, se deverá decidir este problema. Espero e faço votos que se favoreça os proprietários, principalmente os de São Jorge do Oeste, que são em maior número.

Agradecido.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eminente Deputado, eu tive a preocupação de ressaltar, sou testemunha do trabalho desenvolvido por V. Exa., protegendo aquele pessoal da nossa região. Mas como frisou V. Exa., se, a nível de conversação administrativa vamos dizer, o problema não se resolveu, eu formulo um apelo a V. Exa. que estará presente à inauguração: que, transmita de que esta Casa se preocupa com a situação, ou com o precedente, eis que, se a Eletrosul já está ganhando dinheiro com aquela usina, que faça um pagamento de uma importância que, para ela, é irrisória.

Então, Sr. Presidente, o meu requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja submetido ao plenário o envio de ofício ao Exmo. Sr. Presidente da República, solicitando determinação à Eletrosul, para que efetue em igualdade de condições o pagamento aos expropriados pelo Decreto Federal número 73636 de 13/03/74, cujo preço de indenização será fixado pela Justiça Federal, tendo em vista que grande parte dos expropriados não possuem recursos para contestar a ação de indenização que tramita na 1ª Vara da Justiça Federal.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976”.

Era isto, Sr. Presidente, muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 135/75, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paranaity, um terreno de propriedade do Estado conforme especifica. Pareceres **favoráveis** da CCJ e CTIC., em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 189/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leopólis, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara, com as finalidades que especifica. Pareceres **favoráveis** da CCJ, CF e CP. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leópolis, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos municípios referidos.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 189/74 — PARECER

É submetida à apreciação da Casa, Mensagem do Poder Executivo, transformada na presente Proposição, que pretende a aprovação para os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leópolis, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

O Senhor Governador cumpre, assim, determinação constitucional, eis que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto dos tratados diz do interesse público da matéria, por isso o nosso parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 08/75

De autoria da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Resolução em exame aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e os municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leópolis, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara, para fins de fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Do ponto de vista financeiro, que esta Comissão deve examinar, a Proposição está em condições de ser aprovada pela Casa.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER

Efetivamente está no objetivo e obrigação do Estado tratar

da Segurança Pública, no âmbito Municipal. Os convênios ora apreciados, refere-se a este setor, que é o de prover recursos às Delegacias de Polícia.

Nenhum óbice há a ser destacado.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 1975.

a) WERNER WANDERER — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência transmite solicitação do Presidente efetivo desta Casa, para que os eminentes Líderes da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro designem seus representantes, para representarem este Parlamento no 1º Congresso Inter-Municipal, a se realizar brevemente.

A Aliança Renovadora Nacional deverá ser representada por 3 Srs. Deputados, e o Movimento Democrático Brasileiro, por 2 Srs. Deputados. O Congresso se dará a partir do dia 21, no Balneário Caiobá, dada a proporcionalidade para uma composição nesta Casa.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Raicoski Cordeiro. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do BNH, no sentido de que o Paraná seja beneficiado pela mesma atitude que dispensou ao Estado de São Paulo, no que se refere à integração dos municípios ao PLANASA. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Laudelino Pedro da Silva, ocorrido na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 77º aniversário da fundação do jornal "Diário da Tarde", — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maruício Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Regional do FUNRURAL do Paraná, no sentido de que se digne determinar os estudos visando a instalação no município de Rio Negro, de uma representação do referido órgão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, reivindicando a interferência do Chefe do Poder Executivo no sentido de que o Paraná seja beneficiado da mesma atitude que o BNH dispensou ao Estado de São Paulo, referente à integração dos municípios, ao PLANASA — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, em forma de apelo no sentido de que seja instalada uma agência do referido estabelecimento no município de Rio Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, no sentido de que seja determinado à Eletrosul, para que efetue em igualdade de condições o pagamento aos exportados na Usina de Salto Osório. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1976
(Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Jurandir Messias.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúzio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (53); achando-se ausente o Sr. Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

OFÍCIO S/N Curitiba, 19 de março de 1976.

Senhor Presidente.

Através do presente, venho à presença de Vossa Excelência, a fim de fazer a indicação dos nomes dos Senhores Deputados que integrarão a Comissão que representará a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no Congresso Municipalista, a realizar-se no Balneário de Caiobá, de 21 a 28 do corrente mês:

NELSON BUFFARA
ADALBERTO DAROS

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

Saudações cordiais.

a) OSVALDO MACEDO — Líder do MDB

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja endereçada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que promova, com a maior brevidade possível, reunião com os Presidentes das seguintes entidades de classe de nosso Estado: Federação da Agricultura, Federação dos Trabalhadores Rurais, Associações Rurais, Cooperativas Agrícolas e Associação Comercial; a fim de analisar e debater o problema criado pela Comunidade Econômica Europeia, pela imposição de novas restrições a produtos de nossa

exportação, notadamente o farelo de soja, com graves implicações na vida econômica de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1976.

a) LEOPOLDO JACOMEL

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início da semana passada, tivemos a oportunidade de vir à tribuna desta Casa e requerer ao Sr. Ministro da Agricultura, soluções para o problema que estava se iniciando no Paraná, com o cumprimento da Lei 6015, que obrigava os proprietários, para obterem financiamentos bancários, principalmente pelo Banco do Brasil, e as certidões expedidas pelos cartórios de Registros de Imóveis dizendo das confrontações destas propriedades.

Isso trouxe um transtorno muito grande e os próprios agricultores, através dos seus representantes e entidades classistas e também o próprio Governo do Estado, apelou também ao Sr. Ministro para que fosse prorrogada a vigência desta Lei.

Com respeito à prorrogação da vigência da Lei, nós não temos ainda nenhuma solução. Mas, no dia de ontem, o Desembargador Athos Moraes de Castro Veloso, tomou uma medida senão definitiva, mas que vem, de uma forma, colaborar para que as dificuldades encontradas por esses lavradores sejam atenuadas.

Nestas condições, Sr. Presidente, passaremos a ler um requerimento que, se aprovado, seja encaminhado ao Desembargador Athos de Moraes de Castro Veloso, no seguinte teor: (Lê):

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o plenário, requer seja aprovado voto de congratulações a Sua Excelência Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Athos Moraes de Castro Veloso, pela magnífica e inteligente medida tomada em favor dos agricultores, através da expedição de ofícios circulares aos Oficiais do Registro de Imóveis de todas as Comarcas do Paraná, determinando que para as hipotecas rurais apenas seja exigida a identificação do imóvel, pelos elementos constantes do título e do registro anteriormente apresentado.

JUSTIFICATIVAS:

Tal medida virá beneficiar enormemente os lavradores que estavam sendo prejudicadas pelas dificuldades na obtenção de financiamento, o que, inevitavelmente, traria sérias consequências notadamente para a cultura do Trigo. O Paraná, um dos maiores produtores de trigo do País, corria o risco de sofrer uma retração em sua produção, temor este que não mais subsiste em virtude de medida sensata, e acauteladora tomada pelo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

Curitiba, Sala das Sessões, 19 de março de 1976".

Usando ainda dos dois minutos que me restam, gostaria de fazer aqui um pequeno comentário.

Já de alguns dias para cá, em Curitiba, para se comprar mais de um litro de leite, precisa se visitar vários estabelecimentos, várias mercearias, porque o leite já não existe mais na praça.

E para se encontrar ainda um litro de leite, precisa se visitar vários estabelecimentos e chegar na hora em que o caminhão distribui, do contrário acaba o leite.

Como os senhores sabem, somos dirigentes sindical. E há uma lei que proíbe a greve no Brasil.

No entanto, os produtores fazem greve na hora que querem e como querem e não há medida contra isto. Quando querem aumentar o preço do açúcar, o açúcar some da praça. É

uma greve do açúcar. Quando querem aumentar o preço do arroz, este some da praça. É a greve do arroz e assim por diante.

Agora estão lutando para aumentar o preço do leite e é a greve do leite por parte dos produtores.

Daí nossa estranheza e um apelo ao Governo Federal para que fiscalize e, se preciso intervenha junto aos produtores que estão fazendo com que a população, não só de Curitiba, mas do Paraná, esteja encontrando dificuldades para encontrar um litro de leite para sustentar suas crianças. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a semana que se finda, o conceituado jornal "Diário Popular", em sua coluna política, vem publicando notícias distorcidas, maléficas e, segundo afirma, dadas por lideranças de nosso Partido, com referência a reunião realizada pelo Diretório Regional de minha região, a região Norte pioneiro do Paraná.

Primeiro, o fato está totalmente distorcido; segundo, é problema interno de meu Partido e cabe a mim usar dos direitos e prerrogativas que me são assegurados e faço, nesta oportunidade, esclarecimentos sobre o assunto.

Meu Presidente, o Presidente do MDB do Paraná, devido ao recato de sua própria formação, que me perdoe, tem mantido esta incompatibilidade comigo desde as eleições que deveriam escolher o Presidente de meu Partido. Por isso mesmo por diversas vezes S. Exa. tentou e vem tentando diminuir-me perante a minha bancada, o que, para mim, nada pesa, porque nada sinto.

Apenas quero configurar, aqui, o que vem publicando o "Diário Popular", seja informação de quem for, principalmente de Companheiros de minha região, uma informação distorcida e imprecisa, que comigo ali estiveram.

Mas, essas informações não me aniquilam, em absoluto, ao contrário elas me dão alento para conhecer mais de perto, e alcançar, objetivamente, condições para separar o joio do trigo.

Passamos a sexta-feira, dia 12, e o sábado, dia 13, percorrendo o Norte Pioneiro do Paraná, participando de concentrações em todos os municípios.

E, no sábado, à tarde, que deveria ser concluída a última concentração, em minha cidade, o que havia sido anunciado pela emissora local, o dia todo, convidados os munícipes para estarem presentes e receberem o Presidente de nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que resta apenas um minuto para V. Exa. concluir seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado.

Mas, como dizia, ao chegarmos em Santo Antônio da Platina, devido a tempestade que caía nas vésperas da reunião, o povo, número pequeno, é verdade, se acotovelava nos bares próximos à Casa Paroquial, que havíamos designado para proceder a reunião.

Descendo o meu Presidente do automóvel, tendo visto que as luzes estavam apagadas, naquela sala, porque houve defeito e corte de luz em diversos pontos da cidade, e permitam retrospectar as palavras do meu Presidente. Disse o Sr. Scalpo: "aqui não fico, porque não sou palhaço" E eu disse: "não é palhaço e se aqui não queres ficar, ponha-se no automóvel e suma-se daqui".

Essa foi a falta de respeito, de desconsideração, a falta de dignidade de um homem que tem a presidência de meu Partido, foi a falta sobretudo de consideração, porque havíamos andado juntos com o Presidente do meu Partido dois dias inteiros, cansados percorrendo dois dias inteiros a região.

E vem aí, um jornal, dando notícias a semana inteira, até com pronunciamento de palavras que não se diz em minha região, a expressão "potreiro".

Isso é falta de respeito ao companheiro, é falta de respeito ao próprio Partido, é falta de respeito ao próprio mandato, mandato que não é do Partido mas do povo que defendemos e iremos defender nesta Assembléia Legislativa, neste Plenário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, terceiro orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A marginalização do povo brasileiro não é só no processo democrático, mas, vemos a marginalização do povo quando do último decreto do Presidente da República que concedeu o aumento do funcionalismo público federal.

Ali foram contemplados os que já eram bastante contemplados, enquanto que o funcionalismo público federal de mais baixo nível, não teve a majoração à altura do que era apresentado que era apregoado e o que esperavam ser.

Contrariamente, a majoração que se deu ao funcionalismo público federal que efetivamente trabalha na parte burocrática, foi um engodo porque muitos e muitos estão percebendo menos do que vinham percebendo, pois que, muitas vantagens que tinham antes da majoração dos vencimentos, foram retiradas.

Até a Prefeitura Municipal de Curitiba, quando concedeu com bastante alarde um aumento de 33 por cento, aos funcionários, como serviços extras que compensavam o desajuste salarial de então.

Hoje o aumento virou em nada, porque os 33 por cento não representam nada em face do que já vinham recebendo. Vemos um tratamento discriminatório também, com relação a muitos setores do serviço público estadual.

Trouxemos, Sr. Presidente, uma sugestão aos Srs. Secretários de Finanças e Recursos Humanos, com relação ao tratamento que vem sendo dado aqueles que prestam serviços na arrecadação, vinculados ao Departamento de Rendas Internas, com relação ao chamado prêmio de produtividade.

Esse prêmio de produtividade, que vem sendo atribuído de forma discriminatória com vantagens para uns e desvantagens para outros. Aqueles que menos prestam serviços ao Estado, neste setor, recebem vantagens e aqueles que efetivamente prestam serviços, produzem, não recebem vantagem nenhuma.

Sendo curto o tempo que disponho, apenas quero ler um requerimento que desejaria fosse aprovado pela Casa, para ser encaminhado aos Srs. Secretários de Finanças e Recursos Humanos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que ouvido o plenário, seja enviado apelo aos Exmos. Srs. Secretário de Estado das Finanças e Secretário de Estado dos Recursos Humanos no sentido de ser reformulado o critério na atribuição do prêmio de produtividade de que trata a Lei 6212 de 09 de agosto de 1971, regulamentada pelo Decreto 815 de 30 de setembro de 1971, assegurando igual tratamento aos agentes fiscais, bem assim aos atuais contratados do DRI que estejam no exercício efetivo da função de fiscal há mais de 5 anos, inclusive.

Justifica-se o presente apelo pelo fato de que existe tratamento discriminatório e que está fixado na Resolução 533/75 DEFI, eis que atribui a uns quotas fixas com considerável vantagem, independentemente de efetiva produção, enquanto que a outros, como os agentes fiscais e os que prestam serviços de fiscalização, direta, ficam na dependência da efetiva produção e em trabalhos complexos, em razão do que, raramente, terão condições de alcançar a quota que lhe é atribuída pelo trabalho, o que vem se constituindo num desestímulo aqueles que prestam serviços externo de fiscalização.

De outro lado estão os contratados, que exercendo as mesmas funções de fiscal, não tem qualquer estímulo no seu trabalho, porquanto todos os procedimentos de sua iniciativa e conclusão, a quota produtividade é atribuída a outro funcionário designado para assinar o documento de fiscalização, que usufrui de vantagem considerável, resultante do trabalho do seu colega, apenas pela condição da investidura no cargo.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1976."

Era só, Sr. Presidente.)— (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por ocasião da entrega de diplomas dos formandos da Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, oportunidade em que S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura se fez presente à solenidade como Patrono daqueles formandos, também ali estivemos.

Não por ignorância, mas por falta de divulgação, muitos dos que não conhecem a Estância Hidromineral, ainda não reconhecida assim, das águas termas de Yara, pudemos constatar que há falta de condições no acesso do tráfego causada pelas precaríssimas estradas que ligam a sede do Município àquela Estância, num percurso não superior a oito quilômetros.

É de estranhar que em vários outros lugares e localidades há estradas asfaltadas e ali onde se poderia aproveitar como potencial turístico e, em consequência, como uma fonte, não só hidromineral, mas uma fonte de riquezas para a saúde e para os cofres públicos ainda não está devidamente explorada por falta apenas de oito quilômetros de asfalto.

É com este pensamento e com o sentido de procurar colaborar, trazendo testemunho e o reconhecimento de que há necessidade de se construir ali os oito quilômetros de estrada ligando Bandeirantes à Estância Hidromineral de Yara, é que apresento este requerimento, cuja súmula é a seguinte. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando seja incluída no plano de obras do Governo, em caráter prioritário, o asfaltamento do trecho de estrada que liga a cidade de Bandeirantes até a fonte hidromineral de águas termas YARA, num percurso de 8 quilômetros.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1976.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Situada apenas 8 quilômetros de Bandeirantes, a Estância Hidromineral Termas Yara, se constitui em local propício ao refazimento físico e espiritual.

Com ambiente suave e sedativo clima em planície, possui um hotel com serviço dos melhores, lago artificial, dois rios piscosos, agradáveis sítios para passeios, além da Fonte São Domingos, manancial de água mineral Yara, hipotermal, alcalina, bicarbonetada, cloretada e sulfatada, com vazão superior a um milhão de litros em 24 horas.

Centro de grande atração turística, recebe constantemente os aficionados e os dedicados ao lazer, que em sua maioria vêm do Estado de São Paulo, carreando assim divisas ao Município e ao Estado.

Trata-se de uma região ainda pouco conhecida sob o ponto de vista turístico e sob o aspecto hidromineral, porque as condições de tráfego não oferecem possibilidades de livre acesso, principalmente nas ocasiões chuvosas, impedindo totalmente o movimento de veículos de todos os portes.

Ademais, os que conhecem a estância e as propriedades radioativas da fonte, deixam de para ali retornar, visto que estão sujeitos a serem impedidos de transitar na precária estrada que liga a cidade de Bandeirantes à organização hoteleira que ali existe.

Por estes motivos, e considerando que o caso envolve um aspecto econômico pouco explorado no Paraná, e de modo especial no Norte do Estado, mister se faz que o Governo atente para esta fonte de riquezas, dinamizando não só a região, assim valorizando também a iniciativa privada, que representa um

índice de progresso em todos os campos da vida sócio-econômica e cultural, cujo exemplo é a Faculdade de Agronomia; “Luiz Meneghel”, que recentemente recebeu o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, como patrono dos formandos de 1975”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 133/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 133/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Salto do Itararé, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1976.

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 82/74, que classifica de acordo com o princípio de Hierarquia, importância, vulto e complexidade, das respectivas atribuições e responsabilidades, os órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo e dá outras providências. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE Lei nº 82/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Os órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo serão classificados de acordo com o princípio de hierarquia, e tendo em vista a importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades.

Parágrafo único — A classificação dos órgãos referidos neste artigo, inclusive os já regulados por disposições especiais, será estabelecida por decreto, que fixará o valor da gratificação de presença e estabelecerá o máximo de sessões mensais remuneradas.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1976.

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 87/75, que dispõe sobre a dedução de alíquotas do ICM, incidentes sobre o valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná em confronto com propostas de empresas de outros Estados. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI 87/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Em qualquer forma de licitação, tanto nos órgãos de administração direta, como nos integrantes da administração indireta, será deduzida importância correspondente à alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM, incidente sobre o valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná, cujo abatimento será considerado em confronto com as propostas de empresas sediadas em outros Estados.

Art. 2º — O Poder Executivo, se julgar necessário, baixará as normas de regulamento da presente lei.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1976.

aa) **BASÍLIO ZANUSSO** — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem) Sr. Presidente, em 5 de dezembro de 1975, apresentei à Mesa requerimento solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 104/75, que se encontrava, desde 6 de novembro daquele ano, na Comissão de Finanças.

Na forma regimental e tendo em vista o lapso de tempo que já transcorreu entre a aprovação do requerimento e o dia de hoje, haveria, tal projeto, de estar constando da pauta, o que, em princípio, não ocorre.

Nestas condições, nos termos do Regimento Interno, solicito e requeiro à Mesa, que V. Exa. determine a inclusão do Projeto de Lei 104/75, na pauta anexa à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. deseja para a sessão de hoje ainda?

O SR. ACCIOLY NETO — Não, Sr. Presidente, para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência solicitará à assessoria desta Casa, para que proceda levantamento e, tendo validade como tem, certamente, a Questão de Ordem de V. Exa., será incluído na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, líder do MDB, constante do expediente, designando os Srs. Deputados Adalberto Daros e Nelson Buffara, para repre-

sentarem a bancada no I Congresso Inter-Municipalista a realizar-se em Caiobá. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que promova, com a maior brevidade possível, reunião com os presidentes de diversas entidades de classe, a fim de analisar e debater o problema criado pela Comunidade Econômica Européia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. Desembargador Athos Moraes de Castro Veloso, pela magnífica e inteligente medida tomada em favor dos agricultores, através da expedição de ofícios circulares aos Oficiais de Registro de Imóveis de todas as Comarcas do Paraná, determinando para que as hipotecas rurais apenas seja exigida a identificação do imóvel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Secretário de Finanças e dos Recursos Humanos, no sentido, de ser reformulado o critério na atribuição de prêmio de produtividade, assegurando igualdade aos agentes fiscais, bem assim aos atuais contratados do DRI, que estejam no exercício efetivo da função de fiscal há mais de 5 anos inclusive. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja incluído no plano prioritário de obras o asfaltamento do trecho que liga a cidade de Bandeirantes à fonte hidromineral de águas termais Yara. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 135/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/75

marcando ainda uma sessão extraordinária, para segunda-feira, dia 22, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 83/76.

Levanta-se a Sessão.